



Centenas de famílias serão beneficiadas com o projeto Itanhenga

Projeto Itanhenga será inaugurado com promessas +

Por Tião Barbosa
da editoria Local

Muito mato, cobras e fome. Este foi o quadro vivido por mais de 500 famílias no início do ano passado, quando foram levadas para a Fazenda Itanhenga, propriedade do Governo do Estado. Elas estavam espalhadas por várias invasões — duas na Serra (uma em Carapina e outra em Taquara II), duas em Vitória (antigo cemitério de Santo Antônio e Joana D'Arc) e uma em Vila Velha (Colégio Marista) —, todas sem êxito, marcadas por repressão policial, queima de barracos e espancamentos.

Hoje, a primeira fase do Projeto Itanhenga será inaugurada com a presença do governador e de outras autoridades. Mato e cobra, comparativamente, não existem mais, ao contrário da fome. As cinco mil famílias que residem hoje em Itanhenga — este é o total de lotes distribuídos até agora, com igual quantidade prevista para a segunda fase — sobrevivem à base do salário mínimo, ou pouco mais. O fogão de lenha é a caderneta de poupança, conforme afirmação de uma moradora da rua principal: "Tudo que ganhamos colocamos nele. Os Cr\$ 30 mil de meu marido só dão para a comida. Somos, ao total, em oito".

Às 10 horas, de acordo com o programa da Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes), serão inauguradas as seguintes obras: aberturas de vias públicas, arjardinamento e arborização para 5.000 famílias, redes de abastecimento d'água e de iluminação pública, duas creches, dois centros sociais, duas lavanderias públicas, uma escola modular, uma delegacia de Polícia, dois campos de futebol e três quadras polivalentes de esportes.

Os lotes distribuídos são inegociáveis por cin-

em que esteve em Itanhenga, Clóvis de Barros disse ter sido impedido de realizá-lo, devido à série de esclarecimentos que era obrigado a dar às pessoas que ainda procuravam senhas — não estão sendo mais distribuídas — para obtenção de lotes.

Durante sua gestão, Clóvis de Barros teve neste Projeto Itanhenga o maior desempenho de trabalho. Contudo, irá inaugurar apenas a primeira fase. A segunda deverá ficar a cargo de Nelson Aguiar, secretário indicado pelo futuro governador Gerson Camata, que de imediato pretende mudar a sigla Sebes — Secretaria do Bem-Estar Social — para Setraps, Secretaria do Trabalho e da Promoção Social.

Depois de amanhã, às 9 horas, Clóvis de Barros se reunirá com Nelson Aguiar. Todos os programas em andamento deverão ser discutidos, provavelmente com uma ênfase maior para a segunda fase do Projeto Itanhenga — outros cinco mil lotes — cujos recursos já estão viabilizados pelo Ministério do Interior. A primeira fase, segundo Clóvis de Barros, custou Cr\$ 155 milhões, enquanto a Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social (Secom) distribuiu nota afirmando que o valor foi de Cr\$ 169 milhões e 370 mil.

INVASÕES

Somente em janeiro deste ano, três invasões foram registradas. Em Aribiri, cerca de 400 famílias foram desalojadas pela família Vereza, após ficarem mais de três meses no mangue que ocuparam e receberem como promessa a doação de uma área não inferior a 30 mil metros quadrados. Até hoje, continuam esperando.

co anos, conforme determina o Programa Emergencial para Famílias Desabrigadas (Profades), do Governo Federal, que possibilitou hoje a inauguração deste Projeto Itanhenga, no bairro de mesmo nome, em Cariacica. Só neste Carnaval, 600 terrenos foram entregues a "famílias carentes", que têm um prazo de 15 dias para se assentarem na área.

SUBORNO E SEXO

Domingo que vem haverá a eleição para a diretoria da associação de bairro, cujo estatuto, de 45 artigos, será aprovado no mesmo dia. Duas chapas (1 e 2) disputam o pleito. Mais do que isso, concorrem para o prêmio de quem mais denúncias de negociatas ilegais apresenta. Acusações mútuas, apenas verbais, que geraram a abertura de um inquérito administrativo pela Secretaria do Bem-Estar Social. O fim parece ser o arquivamento, devido à falta de provas. "Tudo está na base de boatos. E boatos não me interessam", afirmou o secretário Clóvis de Barros.

Juarez Silva, Manoel Militão Miranda e Lúcio Queiroz encabeçam a Chapa 1. Militão, pastor da Assembléia de Deus, foi acusado por Jõilson Corrêa e Adelina Albina (Chapa 2) de facilitar a doação de lotes mediante o recebimento de até Cr\$ 50 mil. No inquérito administrativo, ambos não apresentaram provas, embora tenham dito nas escadarias da Assembléia Legislativa, na semana passada, que as apresentariam "na hora certa".

Jõilson, por sua vez, foi acusado de ter dois lotes. Negou, afirmando que o segundo terreno que ainda possui seria transferido para o nome de seu irmão, conforme determinação do secretário Clóvis de Barros, ao qual não teve acesso: "Fui impedido de conversar com ele pelos membros da Chapa 1".

Juarez Silva, além de suborno, foi acusado de fazer "propostas indecorosas" usando sua condição de colaborador com a Sebes, na distribuição de senhas para obtenção de lotes. "Então ele me disse: 'Se você fosse mais bonita, a gente dava um jeito, mas, como você não é, fica difícil'", denunciou Tereza de Lourdes Vargas, da quadra 15, lote 9, rua 18.

"Isto não é verdade. A única Tereza que conheço é uma meia doida, que tentou até agredir o Militão. Um companheiro que estava com ela, um dia de noite, chegou a dar uma facada nele, que se defendeu com uma bolsa", rebateu Juarez. Ao secretário Clóvis de Barros esta denúncia — assim como outra, relativa a Militão — não interessa.

AGULHA NO PALHEIRO

Sem provas concretas por meio dos depoimentos, o secretário Clóvis de Barros pretende, a partir de amanhã, iniciar uma investigação mais "rigorosa", checando a situação de cada um dos 5.000 mil lotes doados nesta primeira fase. Quem não provar a posse do terreno será despejado, segundo o secretário.

Este trabalho deveria ter começado na semana passada, numa tarefa semelhante ao tradicional ditado "procurar agulha no palheiro". Nas vezes

Em Santa Rita, o terreno invadido em 8 de janeiro não pertence a Alfredo Copolillo, conforme documento da Prefeitura de Vila Velha datado do dia 4 último. Mesmo assim, dia 17 do mês passado, quase mil pessoas foram expulsas do terreno, nas margens da rodovia Carlos Lindenberg, por uma ação que considerava legal o documento apresentado pelos irmãos Nilton e Paulo Copolillo.

Itacibá não teve diferente fim. Os irmãos João Luís e Jair Jantorno conseguiram uma liminar, a Polícia derrubou barracos e a terceira tentativa de invasão do terreno próximo ao frigorífico Frincasa foi frustrada.

URBANIZAÇÃO POSSÍVEL

Nélson Aguiar, o futuro secretário do Bem-Estar Social, foi um dos políticos que mais apoiou deram aos posseiros. Esta semana mudou de posição, garantindo que impedirá as invasões até por meio de força policial. Em contrapartida, anunciou um plano habitacional de atendimento às populações de baixa renda.

"Eu dei meu apoio em várias ocupações de áreas porque não havia qualquer alternativa para aquele povo. Nunca houve uma proposta racional dos governos anteriores para esse grave problema", explicou Nélson Aguiar, que pretende da Cohab-ES a gerência de seu plano habitacional.

A teorização de Aguiar é a mesma de vários programas habitacionais elaborados no Brasil: urbanização de áreas a serem entregues àqueles que estiverem interessados em adquiri-las, **de acordo com suas possibilidades**. Nos programas já implantados, a realidade é outra, com os conjuntos habitacionais de péssimas condições só ao alcance de uma minoria de pessoas supostamente carentes.

Sobre o Projeto Itanhenga, o ex-deputado estadual — atualmente Nélson Aguiar é suplente de deputado federal — acredita que ele teria um "enorme alcance social" se administrado racionalmente. Não esclareceu se pretende administrá-lo racionalmente, o que parece garantir resultados bem mais seguros que um novo plano habitacional num Estado onde a dívida externa é de Cr\$ 25,5 milhões e a interna de Cr\$ 9 milhões conforme matéria de **O Globo**, da primeira quinzena de janeiro.

Nela, o atual governador Eurico Rezende — presença confirmada hoje na inauguração de Itanhenga — afirmou que adotará o mesmo comportamento do Governo Federal: "Apenas rolarei a dívida". Hoje, em Cariacica, no Morro de Itanhenga, este fato não será lembrado nos discursos. A Banda de Música da Polícia Militar não foi contratada para isso, mas para alegrar o povo pela "conquista da casa própria", situada a quase uma hora de Vitória, cujo deslocamento diário de apenas uma pessoa — isto antes da notícia de ontem, relativa ao aumento da gasolina para Cr\$ 260 — exigia cerca de 10% de seus rendimentos. Um preço caro por um sonho antigo, cuja essência é uma tortura àqueles sempre lembrados como "de acordo com suas possibilidades", refrão novamente usado por um futuro secretário que pretende pôr um fim às invasões periódicas em terrenos vagos da Grande Vitória.